

# Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades Médicas - UNICA

CNPJ. : 66.518.267/0034-41

Demonstrações Contábeis Exercício de 2025

Balanco Patrimonial dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)				Demonstração dos Resultados dos Períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)			
Ativo	Notas	2025	2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2025	2024
<b>Ativo Circulante</b>				<b>Passivo Circulante</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	4.399.622,96	3.105.343,56	Fornecedores	9	459.938,35	400.162,04
Adiantamentos a Fornecedores		2.759,80	-	Obrigações Trabalhistas		262.704,78	228.975,90
Adiantamentos a Empregados	5	34.486,35	21.539,74	Obrigações Sociais e Fiscais	10	186.726,96	153.602,97
Adiantamentos para Despesas		228,60	450,00	Contas a Pagar		18.411,31	212.211,66
Impostos Recuperáveis		1.860,83	1.860,83	Provisões para Férias e Encargos		403.504,13	342.708,58
Créditos de Contrato de Gestão	6	583.624,28	1.082.095,65			<b>1.331.285,53</b>	<b>1.337.661,15</b>
Estoques	7	132.312,75	149.704,05	<b>Passivo Não Circulante</b>			
Despesas Antecipadas		8.755,26	2.582,44	Provisões para Contingências	11	26.880,00	26.880,00
		<b>5.163.650,83</b>	<b>4.363.576,27</b>	Bens Públicos em nosso poder	12	90.367,17	90.367,17
						<b>117.247,17</b>	<b>94.052,78</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				<b>Patrimônio Líquido</b>			
Imobilizado	8	90.367,17	67.172,78	Patrimônio Social		2.999.035,12	1.572.962,74
		<b>90.367,17</b>	<b>67.172,78</b>	Superávit do Exercício	25	790.555,51	1.409.623,01
				Transferências Patrimoniais		15.894,67	16.449,37
						<b>3.805.485,30</b>	<b>2.999.035,12</b>
						<b>5.254.018,00</b>	<b>4.430.749,05</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>5.254.018,00</b>	<b>4.430.749,05</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>5.254.018,00</b>	<b>4.430.749,05</b>
<b>Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)</b>							
		<b>Patrimônio Social</b>	<b>Superávit Acumulados</b>	<b>Transferências Patrimoniais</b>		<b>Patrimônio Líquido</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>3.164.849,06</b>	<b>(1.591.886,32)</b>	-		<b>1.572.962,74</b>	
Incorporação do Superávit		(1.591.886,32)	1.591.886,32	-		-	
Transferências Patrimoniais		-	-	16.449,37		16.449,37	
Superávit do Exercício		-	1.409.623,01	-		1.409.623,01	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1.572.962,74</b>	<b>1.409.623,01</b>	<b>16.449,37</b>		<b>2.999.035,12</b>	
Incorporação do Superávit		1.409.623,01	(1.409.623,01)	-		-	
Incorp. das Transf. Patrimoniais		16.449,37	-	(16.449,37)		-	
Transferências Patrimoniais		-	-	15.894,67		15.894,67	
Superávit do Exercício		-	790.555,51	-		790.555,51	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>2.999.035,12</b>	<b>790.555,51</b>	<b>15.894,67</b>		<b>3.805.485,30</b>	
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)</b>							
<b>1. Contexto Operacional:</b> O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertiooga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. O CEJAM mantém junto à Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes o Contrato de Gestão nº 57/2024, com prazo de vigência de 36 meses, visando a operacionalização, apoio e execução do gerenciamento das atividades e serviços de saúde na Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades Jundiapéba - UNICA - Dr. Arthur Domingo Fais. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar em atividade. <b>Reforma tributária do consumo (LC 214/2025):</b> Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma do Sistema de Tributação sobre o Consumo no Brasil, prevendo a substituição de tributos atualmente incidentes sobre o consumo, tais como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI, pelos novos tributos Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além do Imposto Seletivo (IS). A referida Emenda manteve a imunidade constitucional aplicável ao patrimônio, à renda e às receitas vinculadas às finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos, incluindo as fundações, bem como a não incidência de IRPJ e CSLL sobre o eventual superávit apurado. Todavia, a imunidade não abrange, em regra, receitas decorrentes de atividades não relacionadas diretamente às finalidades essenciais da Entidade, as quais poderão estar sujeitas à incidência do IBS e da CBS, conforme a legislação aplicável. A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou os novos tributos sobre o consumo, estabelecendo suas regras gerais de incidência, apuração e governança. Adicionalmente, a Lei Complementar nº 224/2025 dispôs sobre critérios para concessão e redução de incentivos e benefícios fiscais federais. A transição para o novo sistema tributário ocorrerá de forma gradual entre os anos de 2026 e 2033. Considerando que o processo de implementação da Reforma Tributária ainda se encontra em andamento e depende de regulamentações complementares, a Administração segue acompanhando os desdobramentos normativos aplicáveis. Diante do exposto e considerando a natureza jurídica e as atividades atualmente desenvolvidas pela Entidade, não foram identificados, até o momento, impactos mensuráveis decorrentes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.							
<b>2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis - 2.a) Declaração de conformidade:</b> As demonstrações financeiras “carve-out” da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e ITG 2002 (R1). Estas demonstrações financeiras “carve-out” contemplam apenas os bens, direitos, obrigações e o resultado das operações do Contrato de Gestão nº 57/2024, gerido pelo CEJAM, os quais são controlados e operados por meio de centros de custos do CEJAM. Dessa forma, as demonstrações financeiras carve-out podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Contrato de Gestão nº 57/2024 tivesse operado como uma única entidade independente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras carve-out, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração da Entidade de na sua gestão. <b>2.b) Base de mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. <b>2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. <b>2.d) Uso de estimativas e julgamentos:</b> A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em qualquer exercício futuro afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a: • Vida útil do ativo imobilizado. • Provisões em geral. Não houve mudanças significativas nas estimativas do período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.							
<b>3. Principais Políticas Contábeis:</b> As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a estas primeiras demonstrações financeiras carve-out da Entidade e continuarão sendo adotadas continuamente a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025. <b>3.a) Instrumentos financeiros:</b> • <b>Reconhecimento e mensuração inicial:</b> A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. • <b>Classificação e mensuração subsequente:</b> Não reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2025, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR). Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. • <b>Custo amortizado:</b> Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber do Contrato de Gestão e Operacionalização e outros créditos. • <b>Passivos financeiros:</b> Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. • <b>Compensação:</b> Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido entre eles é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de realizá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. • <b>Instrumentos financeiros derivativos:</b> A Entidade não possuía, em 31 de dezembro de 2025, nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge. <b>3.b) Imobilizado:</b> • <b>Reconhecimento e mensuração:</b> Itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidas para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • <b>Depreciação:</b> a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo							
não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2025 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas anteriormente definidas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benefícios: 25 anos; • Instalações: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. <b>3.c) Intangível:</b> • <b>Reconhecimento, mensuração e amortização:</b> o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. <b>3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):</b> • <b>Ativos financeiros (incluindo recebíveis):</b> um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. <b>3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):</b> Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. <b>Subvenções governamentais:</b> Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo são registrados em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) Seção 24 Subvenção Governamental, da seguinte forma: Subvenção para custeio - Reconhecimento como receita do exercício para fazer face às despesas incorridas. Subvenção para investimentos - relacionada a ativos, incluindo ativos não monetários, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como Recursos Governamentais a Realizar. <b>3.f) Patrimônio líquido:</b> Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. <b>3.g) Receitas:</b> As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. <b>3.h) Despesas:</b> As despesas contabilizadas pelo regime de competência da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. <b>3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:</b> As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. <b>3.j) Apuração do resultado:</b> O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. <b>3.k) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2025:</b> As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2025, não apresentam impactos nas demonstrações contábeis da Entidade. A entidade não irá adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.							
<b>4. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>							
<b>Banco – Aplicações Financeiras</b>							
		<b>2025</b>	<b>2024</b>				
		4.399.622,96	3.105.343,56				
		<b>4.399.622,96</b>	<b>3.105.343,56</b>				
A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio das aplicações financeiras foi de 10,9891 % ao ano.							
<b>5. Adiantamento A Empregados</b>							
		<b>2025</b>	<b>2024</b>				
		34.486,35	21.539,74				
		<b>34.486,35</b>	<b>21.539,74</b>				
<b>6. Créditos de Contratos de Gestão</b>							
		<b>2025</b>	<b>2024</b>				
		-	1.082.095,65				
		583.624,28	583.624,28				
		<b>583.624,28</b>	<b>1.082.095,65</b>				
<b>7. Estoques</b>							
		<b>2025</b>	<b>2024</b>				
		452,24	19.374,38				
		14.674,13	12.104,53				
		69.621,65	77.198,95				
		20.683,71	18.084,46				
		6.681,72	2.566,05				
		662,1	256,23				
		12.521,38	14.559,58				
		281,56	207,78				
		-	3,67				
		-	1.647,22				
		383,84	1.790,40				
		3.675,91	1.554,38				
		-	210,54				
		34,35	145,88				
		2.640,16	-				
		<b>132.312,75</b>	<b>149.704,05</b>				
<b>8. Imobilizado</b>							
		<b>2025</b>	<b>2024</b>				
		10%	177,73				
		10%	12.959,97				
		10%	24.982,55				
		20%	13.672,11				
		10%	2.335,52				
		10%	13.044,90				
			<b>67.172,78</b>				
Conforme preceituado no Contrato de Gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.							
<b>9. Obrigações Trabalhistas</b>							
		<b>2025</b>	<b>2024</b>				
		262.704,78	227.401,56				
		-	1.574,34				
		<b>262.704,78</b>	<b>228.975,90</b>				
<b>10. Obrigações Sociais e Fiscais</b>							
		<b>2025</b>	<b>2024</b>				
		29.246,98	18.243,16				
		41.112,29	20.583,86				
		309,95	19.562,87				
		46.303,72	11.397,20				
		5.820,95	3.708,57				
		925,05	244,55				
		25.688,81	19.862,55				
		23.031,43	25.892,38				
		6.369,12	6.554,17				
		1.075,29	563,57				
		6.843,37	3.406,33				
		<b>186.726,96</b>	<b>153.602,97</b>				
<b>11. Provisões para Contingências</b>							
		<b>2025</b>	<b>2024</b>				
		26.880,00	26.880,00				
		<b>26.880,00</b>	<b>26.880,00</b>				
A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante							
<b>Receitas Líquidas</b>							
		<b>2025</b>	<b>2024</b>				
		13	14				
		16.696.034,65	14.346.296,07				
		16.746.931,26	14.332.288,07				
		15.259,11	21.489,00				
		3.g	3.g				
		(38.453,50)	(480,00)				
		(27.702,22)	-				
		<b>(15.114.995,47)</b>	<b>(11.771.965,07)</b>				
		16	16				
		(5.554.761,12)	(5.266.436,31)				
		17	17				
		(9.079.278,11)	(6.249.048,32)				
		18	18				
		(480.956,24)	(256.480,44)				
		23	23				

